

Água Limpa Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Água Limpa Energia S.A
Dianópolis – TO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Água Limpa Energia S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Água Limpa Energia S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 26 de fevereiro de 2021, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Salvador, 25 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Hildebrando Oliveira de Abreu Filho
Contador CRC BA-029520/O-7

Água Limpa Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota explicativa	2021	2020	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.485	1.073	Fornecedores	11	1.895	2.111
Contas a receber	5	4.900	3.659	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	10.847
Impostos a recuperar	6	1.537	1.452	Obrigações sociais e trabalhistas		389	323
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.152	769	Obrigações tributárias		19	20
Estoques		263	308	Imposto de renda e contribuição social a recolher		124	29
Outras contas a receber	10	2.296	579	Dividendos a pagar	13	7.927	7.463
Total do ativo circulante		<u>11.633</u>	<u>7.840</u>	Total do passivo circulante		<u>10.354</u>	<u>20.793</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Impostos a recuperar	6	562	1.206	Capital social	13	41.288	41.288
Depósitos judiciais	14	6	6	Reservas de lucros		<u>27.854</u>	<u>14.625</u>
Outras contas a receber	10	239	500	Total do patrimônio líquido		<u>69.142</u>	<u>55.913</u>
Imobilizado	8	61.607	67.154				
Intangível	9	5.449	-				
Total do ativo não circulante		<u>67.863</u>	<u>68.866</u>				
Total dos ativos		<u><u>79.496</u></u>	<u><u>76.706</u></u>	Total dos passivos e do patrimônio líquido		<u><u>79.496</u></u>	<u><u>76.706</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Água Limpa Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida	15	39.807	30.028
Custos de operação e manutenção	16	<u>(2.900)</u>	<u>(8.332)</u>
Lucro bruto		36.907	21.696
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(2.232)	(3.035)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	<u>-</u>	<u>4</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>34.675</u>	<u>18.665</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	454	289
Despesas financeiras	17	<u>(407)</u>	<u>(736)</u>
Total		<u>47</u>	<u>(447)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>34.722</u>	<u>18.218</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	<u>(1.344)</u>	<u>(1.064)</u>
Total		<u>(1.344)</u>	<u>(1.064)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>33.378</u>	<u>17.154</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de ações		0,808	0,415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Água Limpa Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	33.378	17.154
Outros resultados abrangentes	<u> </u>	<u> -</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u> 33.378</u></u>	<u><u> 17.154</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Água Limpa Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Reservas de lucros				Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva dos lucros retidos	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		41.288	1.545	9.568	-	52.401
Dividendos adicionais pagos de 2019 (R\$0,23 por lote de mil ações)	13	-	-	(9.568)	-	(9.568)
Lucro líquido do exercício	13	-	-	-	17.154	17.154
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	13	-	858	-	(858)	-
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$ 0,10 por ação)	13	-	-	-	(4.074)	(4.074)
Destinação para reserva de retenção de lucros	13	-	-	12.222	(12.222)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>41.288</u>	<u>2.403</u>	<u>12.222</u>	<u>-</u>	<u>55.913</u>
Dividendos adicionais pagos de 2019 (R\$0,30 por lote de mil ações)	13	-	-	(12.222)	-	(12.222)
Lucro líquido do exercício	13	-	-	-	33.378	33.378
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	13	-	1.669	-	(1.669)	-
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$ 0,19 por ação)	13	-	-	-	(7.927)	(7.927)
Destinação para reserva de retenção de lucros	13	-	-	23.782	(23.782)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>41.288</u>	<u>4.072</u>	<u>23.782</u>	<u>-</u>	<u>69.142</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Água Limpa Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		33.378	17.154
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	8 e 16	5.698	6.216
Repactuação do risco hidrológico		(5.565)	-
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos do bônus de adimplência	12 e 17	165	582
Amortização do custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12 e 17	203	151
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.241)	(187)
Estoques		45	(28)
Impostos a recuperar		(2.093)	(2.176)
Outras contas a receber		(1.456)	934
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(216)	736
Obrigações tributárias		2.847	2.743
Obrigações sociais e trabalhistas		66	(16)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>31.831</u>	<u>26.109</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos		(484)	(301)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12	(215)	(676)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>31.132</u>	<u>25.132</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	8	<u>(35)</u>	<u>(42)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(35)</u>	<u>(42)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	12	(11.000)	(12.000)
Dividendos pagos	13	<u>(19.685)</u>	<u>(13.069)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(30.685)</u>	<u>(25.069)</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>412</u>	<u>21</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.073	1.052
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	<u>1.485</u>	<u>1.073</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>412</u>	<u>21</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Água Limpa Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 07.321.289/0001-90, controlada pela TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. (TEP), constituída em 25 de fevereiro de 2005, com sede em Dianópolis, Estado do Tocantins, tendo por objeto social principal a geração e a comercialização de energia elétrica em todo território nacional, a partir da Pequena Central Hidroelétrica (PCH) Água Limpa, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia detém autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante a Resolução n.º 422, de 23 de janeiro de 2006, para estabelecer-se como produtora independente de energia (PIE), implantar e explorar a PCH Água Limpa (14 MW), localizada no Rio Palmeiras, Estado do Tocantins. A autorização tem prazo até 8 de novembro de 2033, podendo ser prorrogada, a pedido da Companhia e a critério da ANEEL, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.

Não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados, desde que previamente autorizados, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria da ANEEL.

A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010 nos termos do Despacho ANEEL n.º 3.968, de 20 de dezembro de 2010, com contrato de fornecimento de energia à Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. pelo prazo de 20 anos e vigência até 29 de outubro de 2030, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa.

A Lei n.º 14.182, de 12 de julho de 2021 permitiu ao gerador contratado no âmbito do Proinfa solicitar a prorrogação do contrato por 20 (vinte) anos, sob determinadas condições regulamentadas pelo Decreto n.º 10.798, de 17 de setembro de 2021. Em análise realizada pela Companhia, constatou-se que a prorrogação reduziria significativamente o valor do negócio, principalmente em função da perda do desconto de 50% sobre o encargo de uso de rede de distribuição, pela substituição retroativa do índice de reajuste de IGP-M para IPCA para o reajuste 2020/2021 e pela redução do preço da energia contratada. Portanto, a Companhia optou por não requerer a prorrogação do Contrato Proinfa.

A Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo Proinfa em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia, conforme nota explicativa n.º 12.

Mecanismo de realocação de energia

A Companhia fez opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes deste mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do Proinfa, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do Proinfa os montantes relativos ao custo ou receita. A Companhia realiza a contabilização da provisão pela competência e, no fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

Repactuação de riscos hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei n.º 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015.

A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 29/10/2030.

Uma vez que a Companhia aderiu à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos a 2015, houve a contabilização da reversão do custo do “Generation Scaling Factor – GSF” de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano.

Desde 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, a Companhia contabilizou uma provisão do saldo com base em estudos da consultoria energética da Água Limpa Energia S.A. e o montante do prêmio foi atualizado. A Eletrobras possui o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, que começou a ser efetuado apenas em 2019.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE na data-base 31 de dezembro de 2021 é negativo de R\$ 1.943 (2020, positivo de R\$410). As retenções dos valores devidos iniciaram em 2019. A Companhia acompanha tais retenções com base na planilha de controle previamente divulgada pela Eletrobras.

No exercício de 2021, foi reconhecido no resultado o montante negativo de R\$ 1.381 (R\$1.336 em 2020), referente à provisão de receita do MRE de 2021, contabilizada líquida da despesa de apropriação do prêmio do risco hidrológico repactuado na rubrica de receita de vendas de energia.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182/2021 acerca da desestatização da Eletrobras, dentre outros temas. Em seu Art. 18, a referida lei alterou a Lei 13.203/2015 (Repactuação do Risco Hidrológico) no sentido de permitir a compensação de hidrelétricas participantes do MRE pelo GSF causado por hidrelétricas com prioridade de licitação e implantação antes de 2015 (data de início da repactuação de risco hidrológico firmada em 2016). Com base nesse novo marco legal, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxe para a Companhia impacto financeiro atualizado de R\$ 5.565. Por sua vez, a ANEEL homologou o cálculo da CCEE e o transformou em prazo de extensão de outorga (754 dias), para sua devida compensação, publicando a Resolução Homologatória nº 2.932 em 17 de setembro de 2021. Para aceitar essa compensação, o agente deveria requerer a extensão de sua outorga e renunciar qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, o que foi feito pela Companhia em outubro de 2021, com a apresentação do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga à ANEEL, dentro do prazo de 60 dias da publicação da Resolução Homologatória. Até o momento, não foi publicado o ato autorizativo com o devido ajuste do termo final da outorga da PCH Água Limpa.

Desta maneira, a Companhia reconheceu um ativo intangível constituído pelo recálculo da repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$ 5.565), considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível. O valor está sendo amortizado à taxa de 7,05% ao ano até 02/12/2035. Em dezembro de 2021, já havia sido amortizado o montante de R\$ 116.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e as normas da ANEEL, quando aplicáveis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da emissão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão e divulgação destas demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizados (NE nº.8) e outros similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios e/ou períodos apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. São consideradas:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Inclui-se questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros eram mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensação e intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade de revisar através de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Ver as taxas de depreciação na nota explicativa n.º 8.

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente em impostos correntes.

Nos anos de 2021 e 2020, a Companhia adotou o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta da Companhia; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a Companhias enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no exercício; estas não possuem margem para presunção de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

O contrato de comercialização de energia elétrica é realizado no ambiente regulado, estando integralmente registrado na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional.

A Companhia possui uma receita fixa correspondente ao produto do preço pela energia contratada. Ocorre que a Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, onde é compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Deste modo, as medições do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e contabilizadas pela Companhia por competência e, ao fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido nas faturas do ano subsequente.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preço estabelecido no contrato com a Eletrobras, somado aos ajustes financeiros resultantes do MRE e contabilização na CCEE.

Os mecanismos explicados acima resultam em um tipo de fluxo de receita, como segue:

- **Receita com venda de energia:** refere-se à integralidade da energia contratada pela Eletrobras (preço x energia contratada).

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do Proinfa. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a quantidade média ponderada de ações ordinárias da Companhia em circulação. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17	Contratos de seguros
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3.1 Efeitos da covid-19

O efeito da pandemia se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumentos de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de empregados e prestadores de serviços, força de trabalho insuficiente e outros desafios.

Face ao cenário apresentado, a Companhia mantém o monitoramento sobre a evolução do tema:

- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia;
- Em relação à receita, não houve impactos negativos nas operações atuais e não há previsão de efeito relevante no futuro;
- A administração entende que o cenário de pandemia não trará eventuais necessidades de caixa para a companhia, não havendo assim a necessidade da contratação de novos empréstimos para este fim específico;
- A liquidação de seus passivos está ocorrendo no curso normal dos negócios;
- Durante a pandemia, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras;

São valores fundamentais da Companhia: segurança e responsabilidade socioambiental. Assim, além das recomendações da Organização Mundial da Saúde, foram adotadas as seguintes medidas:

- Implantação de teletrabalho em todas as atividades administrativas;
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais;
- Disponibilização de máscara e protetores faciais para os colaboradores;

- Protocolos de distanciamento social e alternância de rotina, procurando evitar a contaminação do espaço de trabalho e contágio dos colaboradores;
- Ações sociais de apoio no combate à covid-19 na cidade de Dianópolis com a doação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) hospitalares para unidades de saúde de referência; recuperação de respiradores automáticos em parceria com o SENAI; atenção especial às pessoas em situação de risco, por meio da doação de testes de covid-19 e EPIs hospitalares a asilos e cestas básicas aos vizinhos residenciais da PCH Água Limpa.

Com base no exposto, a Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas tempestivamente para preservar a integridade das pessoas e de seus ativos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	4	4
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>1.481</u>	<u>1.069</u>
Total	<u><u>1.485</u></u>	<u><u>1.073</u></u>

Referem-se a aplicações financeiras classificadas em Certificado de Depósito Bancário – CDB, com vencimento inferior a 90 dias da data de aplicação realizada, com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características a alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 113,86% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (84,62% em 2020).

5 Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Valores a vencer	4.900	3.659

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica à Eletrobras decorrente do contrato de compra e venda de energia que a Companhia tem no Proinfa, com prazo de vencimento inferior a 60 dias. Não há títulos vencidos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

A Companhia, consubstanciada na análise do seu contas a receber, não tem expectativa de perdas relevantes na realização destes recebíveis, e não constituiu provisão para perdas esperadas.

6 Impostos a recuperar

	2021	2020
IRRF	-	103
PIS sobre faturamento	374	382
COFINS sobre faturamento	1.725	1.762
Outros	-	411
Total	2.099	2.658
Circulante	1.537	1.452
Não circulante	562	1.206
Total	2.099	2.658

7 Saldos e transações com partes relacionadas

	Encargos incidentes	2021 Ativo	2020 Ativo
<u>Outras contas a receber</u>			
Companhia Energética Potiguar	sem encargos	500	760
Total		500	760
Circulante		261	261
Não circulante		239	760
Total		500	1.021

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora final é a Commandery Participações em Energia S.A.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

As outras contas a receber com a Companhia Energética Potiguar referem-se à venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social para utilização no PERT – Parcelamento Especial de Regularização Tributária, por parte da controlada, que está sendo pago mensalmente em parcelas iguais e consecutivas de R\$ 22, com vencimento para 14/11/2023. Ver nota explicativa n.º 9 para mais informações.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração são fixados em Assembleia Geral de Acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da Diretoria Executiva é determinada pelo Conselho de Administração. Durante o exercício de 2021 foram pagos R\$396, sendo R\$ 301 de remuneração fixa e R\$ 95 de remuneração variável (R\$373 em 2020, sendo R\$ 280 de remuneração fixa e R\$ 93 de remuneração variável) referentes à remuneração da Administração e R\$11 referentes aos benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

8 Imobilizado

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Total
Taxa de depreciação anual	4,45% (*)	4,69% (*)	10%	4,5% (*)	4,46% (*)	20%	
<u>Custo de aquisição</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2019	740	22.760	193	46.578	53.304	53	123.628
Adições	-	-	-	39	-	3	42
Saldos em 31 de dezembro de 2020	740	22.760	193	46.617	53.304	56	123.670
Adições	-	-	-	33	-	2	35
Saldos em 31 de dezembro de 2021	740	22.760	193	46.650	53.304	58	123.705
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(307)	(9.057)	(193)	(19.206)	(22.169)	(6)	(50.938)
Adições	(32)	(1.069)	-	(2.093)	(2.376)	(8)	(5.578)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(339)	(10.126)	(193)	(21.299)	(24.545)	(14)	(56.516)
Adições	(33)	(1.068)	-	(2.097)	(2.376)	(8)	(5.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(372)	(11.194)	(193)	(23.396)	(26.921)	(22)	(62.098)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2021	368	11.566	-	23.254	26.383	36	61.607
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2020	401	12.634	-	25.318	28.759	42	67.154

(*) A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso e estão apresentados pela taxa média utilizada.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

9 Intangível

	Taxas anuais	2021		2020
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de uso de software	20%	25	(25)	-
Direito de autorizações	7,1%	5.565	(116)	5.449
Total		5.590	(141)	5.449
Saldo em 31 de dezembro de 2020		-		
Adições		5.565		
Amortização		(116)		
Saldo em 31 de dezembro de 2021		5.449		

Os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano, enquanto o direito de autorizações, formado pela extensão das autorizações da resolução homologatória 2.932/2021, está sendo amortizado à taxa de 7,05% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 02/12/2035. Ver nota explicativa n.º 1 para mais informações.

10 Outras contas a receber

	2021	2020
Despesas antecipadas	97	315
Créditos tributários PERT (a)	500	760
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia (b)	1.934	-
Outras contas a receber	4	4
Total	2.535	1.079
Circulante	2.296	579
Não circulante	239	500
Total	2.535	1.079

- (a) Contas a receber da Companhia Energética Potiguar referente à venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para utilização no PERT – Parcelamento Especial de Regularização Tributária. Ver nota explicativa n.º 7 para mais informações.
- (b) Mecanismo de Realocação de Energia - MRE corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que, quando um dos consorciados não conseguir suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Em 2021, o resultado positivo da repactuação do risco hidrológico foi superior à exposição da Companhia ao Mercado de Curto Prazo – MCP. Os valores são liquidados no ano seguinte, em 12 parcelas iguais e atualizadas pelo IPCA.

11 Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Engenharia São Patrício	53	49
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	1.801	2.000
Outros fornecedores	41	62
Total	<u>1.895</u>	<u>2.111</u>

- (a) A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 29/10/2030.

12 Empréstimos e financiamentos

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Encargos	Circulante	Não circulante	2021	2020
Banco Bradesco S.A. (a)	nov/21	CDI + 0,52%	-	-	-	-	11.012
(-) Custos de transação		a.a.	-	-	-	-	(165)
Subtotal			-	-	-	-	10.847
Total			-	-	-	-	10.847
Circulante			-	-	-	-	10.847
Não circulante			-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-	10.847

- (a) Referia-se a 24.000.000 de debêntures, emitidas na 1.ª emissão de série única com o Banco do Bradesco S.A no valor de R\$1,00 real cada, totalizando R\$24.000, com vencimento em 15 de novembro de 2021, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 0,52% ao ano. Em 13 de outubro de 2021 as debêntures foram totalmente quitadas.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.947	10.843	22.790
Juros e variações monetárias provisionados	582	-	582
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(676)	-	(676)
Amortização dos custos de captação	151	-	151
Transferências	10.843	(10.843)	-
Pagamentos de principal	(12.000)	-	(12.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.847	-	10.847
Juros e variações monetárias provisionados	165	-	165
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(215)	-	(215)
Amortização dos custos de captação	203	-	203
Pagamentos de principal	(11.000)	-	(11.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-

Garantias e cláusulas contratuais restritivas – Covenants

Enquanto não quitada totalmente essa dívida, vigorava um contrato de Cessão Fiduciária de direitos creditórios e outras avenças (“contrato de Garantia”) outorgando ao debenturista o direito dos recebíveis do contrato de compra e venda de Energia CT – Proinfa/PCH – MRE – 037/2004.

Esses contratos também incluíam cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos *covenants*.

Cláusula restritiva – Covenant	Índice requerido
Relação de dívida líquida / Ebitda	Menor do que 2,5

13 Patrimônio líquido

O capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é de R\$41.288 e está representado por 41.288.140 ações ordinárias, sem valor nominal e distribuído da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações	%
TEP - Termoeletrica Potiguar S.A.	28.670.484	69,44
RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda	12.386.442	30,00
Maria das Graças B. N. Fernandes	231.214	0,56
Total	41.288.140	100

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, foi constituída reserva legal de R\$1.669 (R\$858 em 2020).

Lucros retidos

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração destinou o saldo do lucro do exercício após dedução da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios para a reserva de lucros retidos, no montante de R\$23.782 (R\$12.222 em 2020).

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	2021	2020
Lucro líquido em 31 de dezembro	33.378	17.154
Reserva legal	(1.669)	(858)
Base para dividendos	31.709	16.296
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	7.927	4.074
Por lote de mil ações – R\$ mil	0,19	0,10

Lucro líquido básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderadas de ações ordinárias em circulação no período, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	33.378	17.154
Média ponderada de ação por lote de mil	<u>41.288</u>	<u>41.288</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u><u>0,808</u></u>	<u><u>0,415</u></u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas, conforme determinado em seu Estatuto, o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

Em 23 de março de 2020, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$12.758, sendo R\$3.190 como dividendos mínimos obrigatórios e R\$9.568 como dividendos adicionais (R\$0,31 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram parcialmente pagos em 2020 e totalmente quitados no transcorrer do exercício de 2021, conforme disponibilidade de caixa.

Em 11 de março de 2021, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$16.296, sendo R\$4.074 como dividendos mínimos obrigatórios e R\$12.222 como dividendos adicionais (R\$0,31 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram totalmente quitados no transcorrer do exercício de 2021, conforme disponibilidade de caixa.

Saldo dividendos a pagar 2019	<u>6.890</u>
Dividendos propostos referente a 2019	9.568
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020	4.074
Dividendos pagos	<u>(13.069)</u>
Saldo dividendos a pagar 2020	<u><u>7.463</u></u>
Dividendos propostos referente a 2020	12.222
Dividendos mínimos obrigatórios de 2021	7.927
Dividendos pagos	<u>(19.685)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2021	<u><u>7.927</u></u>

14 Riscos contingenciais

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- (a) A Companhia é autora de ação de desapropriação por utilidade pública em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins de parte da área onde está localizada a PCH. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações da PCH. Contudo, a Companhia já tem a posse das áreas envolvidas.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 2020, a Companhia tinha depósitos judiciais relativos a este processo no montante de R\$6. Os assessores jurídicos da Companhia consideram prováveis as chances de êxito e, por esta razão, a Administração da Companhia não constituiu nenhuma provisão para fazer face às eventuais perdas.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas demandas judiciais em andamento ou causas relevantes com perdas possíveis. Dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

15 Receita operacional líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de venda de energia	41.313	31.140
Deduções de venda		
PIS	(268)	(198)
COFINS	(1.238)	(913)
ICMS	-	(1)
Total	<u>39.807</u>	<u>30.028</u>

16 Custos e despesas por natureza

	2021	2020
Custos e despesas com pessoal e administradores	(1.684)	(1.531)
Depreciação e amortização	(5.698)	(6.216)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(421)	(390)
Custos com manutenção e operação	(2.246)	(2.205)
Repactuação do risco hidrológico (a)	5.565	-
Custos e despesas com seguros	(219)	(162)
Despesas com viagens e comunicações	(66)	(62)
Serviços de terceiros	(348)	(293)
Assessoria e consultoria	(424)	(400)
Tributos	492	(3)
Outras despesas (receitas)	(83)	(101)
Total	(5.132)	(11.363)
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(2.900)	(8.332)
Despesas gerais e administrativas	(1.836)	(2.662)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	4
Total	(5.132)	(11.363)

- (a) A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxe para a Companhia impacto financeiro atualizado de R\$ 5.565. Por sua vez, a ANEEL homologou o cálculo da CCEE e o transformou em prazo de extensão de outorga (754 dias), para sua devida compensação, publicando a Resolução Homologatória nº 2.932 em 17 de setembro de 2021. Desta maneira, a Companhia reconheceu um ativo intangível constituído pelo recálculo da repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$ 5.565), considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível.

17 Resultado financeiro

	2021	2020
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	31	11
Outras receitas financeiras, líquidas	423	278
Subtotal	454	289
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(165)	(582)
Amortização de custo de captação	(203)	(151)
Outras despesas financeiras, líquidas	(39)	(3)
Subtotal	(407)	(736)
Total	47	(447)

18 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, calculada pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado do exercício de 2021 e de 2020 estão demonstrados a seguir:

	Alíquota efetiva	2021	2020
Receita de venda de energia		41.313	31.140
Receita de recontabilização CCEE		32	538
Efeito líquido da repactuação - Mecanismo de Realocação de Energia - MRE		(1.975)	464
Faturamento - lucro presumido		<u>39.370</u>	<u>32.142</u>
Alíquota de presunção de lucro presumido IRPJ (8%)		3.150	2.571
Receita financeira (100%)		<u>454</u>	<u>289</u>
Subtotal IRPJ		3.604	2.860
Imposto de renda à taxa nominal (15%)		(541)	(429)
adicional Imposto de renda à taxa nominal (10%)		<u>(336)</u>	<u>(262)</u>
Imposto de renda à taxa efetiva	2,23%	(877)	(691)
Alíquota de presunção de lucro presumido CSLL (12%)		4.724	3.857
Receita financeira (100%)		<u>454</u>	<u>289</u>
Subtotal CSLL		5.178	4.146
Contribuição social à taxa nominal (9%)		<u>(467)</u>	<u>(373)</u>
Contribuição social à taxa efetiva	1,19%	(467)	(373)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	3,41%	<u>(1.344)</u>	<u>(1.064)</u>

19 Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia detinha contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância segurada	Valor prêmio	Vigência
Riscos nomeados e operacionais	Principais equipamentos de usina e subestação, contra incêndio, queda de raio e explosão, danos elétricos e tumultos.	105.935		
Lucros cessantes	Situações de paralisação total ou parcial dos negócios, preservando o movimento dos negócios nos níveis anteriores à ocorrência do sinistro.	29.131	437	10/06/2022
Responsabilidade civil geral e de Administradores e Diretores (D&O)	Danos morais, corporais, materiais e ambientais, Administradores, Advogados, Contadores, Risk Managers e Auditores Internos, práticas trabalhistas e tributárias.	15.000	1	27/07/2022

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

	Valor contábil 2021		
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.485	-	1.485
Contas a receber	4.900	-	4.900
Outras contas a receber	597	1.934	2.531
<u>Total</u>	6.982	1.934	8.916

	Valor contábil 2021		
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total
<u>Passivos financeiros</u>			
Fornecedores	1.895	-	1.895
Dividendos à pagar	7.927	-	7.927
<u>Total</u>	9.822	-	9.822

As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes do cliente Eletrobras, a Companhia entende que não existem riscos de inadimplência por parte desse cliente. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliada por agências de *rating*.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas foram monitoradas adequadamente e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações. Tais operações foram integralmente quitadas durante o exercício de 2021.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

<u>Passivos financeiros não derivativos</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Fluxo de Caixa Contratual</u>	
		<u>12 meses</u>	<u>24 meses</u>
Fornecedores	1.895	1.895	-
Dividendos à pagar	7.927	7.927	-
Total	<u>9.822</u>	<u>9.822</u>	<u>-</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Para mitigar esse tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI (certificado de depósito bancário) e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

A administração julga que qualquer variação nas taxas de juros não causaria impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2021. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário				Saldo		
		Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto	
		I	II	III	I	II	III	
		(*)	25%	50%	Contábil		25%	50%
Ativo - Aplicações financeiras								
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	42	46	45	44
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	201	220	215	210
Banco Bradesco S.A.	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	1.238	1.353	1.324	1.296
	Total aplicações financeiras				<u>1.481</u>	<u>1.619</u>	<u>1.584</u>	<u>1.550</u>
	Total líquido				<u>1.481</u>	<u>1.619</u>	<u>1.584</u>	<u>1.550</u>
	* Fonte: Banco Santander				<u>-</u>	<u>138</u>	<u>103</u>	<u>69</u>
	Efeito no patrimônio líquido							

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Política de preços (ambiente regulatório)

O contrato de fornecimento de energia elétrica foi celebrado no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras. A Companhia não tem proteção para este tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes e o órgão regulador ANEEL.

Quanto à escassez de chuva

A Companhia gera energia por meio de uma PCH. Um período prolongado de escassez de chuva reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria redução de receita. A fim de mitigar esse risco, a Companhia aderiu ao MRE – Mecanismo de Relocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. A Companhia entende não haver riscos associados em 2021 em função do saldo ser positivo.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos, desta forma não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

21 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia detinha contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$2.417, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor anual de R\$465, com vigência 26 de dezembro de 2031.
- Operação e manutenção das usinas no valor anual de R\$1.582, com vigência até 31 de dezembro de 2021.

- Assessoria e gestão no valor anual de R\$370, com vigência indeterminada.

22 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir estão relacionadas as transações do período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

31 de dezembro de 2021

- Compensação de impostos a recuperar com impostos a recolher e imposto de renda e contribuição social no montante de R\$2.269.
- **Aumento no direito de autorização** - GSF no montante de R\$ 5.565 (ver nota explicativa nº 1).
- Dividendos mínimos propostos no montante de R\$ 7.927.

31 de dezembro de 2020

- Compensação de impostos a recuperar com impostos a recolher e imposto de renda e contribuição social no montante de R\$2.459.
- Dividendos mínimos propostos no montante de R\$ 4.074.

23 Eventos subsequentes

A Lei 14.120/2021 alterou o art. 26 da Lei nº 9.427/1996, permitindo ao gerador com autorização de 30 (trinta) anos, cuja usina estava em operação em 1º de setembro de 2020 e que não tenha sido objeto de qualquer espécie de penalidade pela ANEEL quanto ao cumprimento do cronograma de sua implantação, ter seu prazo de autorização contado a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora, após o reconhecimento pela ANEEL do atendimento aos critérios. Em julho de 2021, a Companhia solicitou a adequação de sua autorização com base no novo marco legal. Em outubro, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração atestou que a usina não foi penalizada por atrasos de implantação. Após apreciação de outra área técnica e também da Diretoria, finalmente em 8 de fevereiro de 2022 a ANEEL aprovou a Resolução Autorizativa nº 11.131/2022 (publicada em 23/02/2022), que estabelece nova vigência da autorização da Companhia até 21/12/2040.